



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Eduardo Cunha e a tentativa de retorno à política



EVARISTO SAAFP

Enquanto aguarda a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as mudanças na Lei da Ficha Limpa, o ex-deputado Eduardo Cunha, atualmente no Republicanos de Minas Gerais, desgasta-se. Segundo o ministro Flavio Dino, Cunha atuou em benefício da própria campanha para voltar à Câmara dos Deputados com o direcionamento de emendas parlamentares. Para advogados, essa postura acaba contaminando o olhar dos ministros do STF que vão julgar a ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Rede Sustentabilidade contra a Lei Complementar nº 219/2025 que reduziu prazos de inelegibilidade para quem tem condenação. Eduardo Cunha nem voltou ao Congresso e já se vê envolvido em investigações sobre irregularidades.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

De filha para pai
Lembrando que a Lei Complementar nº 219/2025 nasceu de um projeto apresentado pela deputada Dani Cunha (União-RJ), filha de Eduardo Cunha.

Adversários

O advogado Kiko Caputo, pré-candidato ao GDF pelo Novo, nunca disputou eleições a cargos públicos, mas na presidência da OAB-DF sempre foi adversário do ex-governador Ibaneis Rocha (MDB). Os grupos liderados pelos dois advogados sempre se enfrentaram nas disputas da seccional, com vitórias de cada lado.



Andressa Anholate/Agência Senado

Izalci critica decisão que atinge Flávio e Jair Bolsonaro

Líder da oposição no Congresso Nacional, o senador Izalci Lucas (PL-DF) criticou, em discurso no plenário ontem, a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que proibiu, por 90 dias, o ex-presidente da República Jair Bolsonaro de receber a visita de Flávio Bolsonaro (PL-RJ). “A decisão pune primeiro e investiga depois. No mesmo despacho em que suspende as visitas por 90 dias, o ministro dá 48 horas para a defesa explicar se o presidente ao menos sabia que a carta seria publicada”, afirmou Izalci.



Ed Avelar/CB/D.A. Press

Secretário de Obras pede demissão

O secretário de Obras, Valter Casimiro, pediu exoneração do cargo ontem, depois de dois anos e quatro meses à frente da pasta. Antes dessa função, Casemiro foi secretário de Transporte e Mobilidade do DF por quatro anos. Ele deve assumir um cargo na iniciativa privada. Casimiro integrava a cota de indicações de Ibaneis. O substituto ainda não foi anunciado.

Apoio declarado

O deputado federal Fred Linhares (Republicanos-DF), que chegou a ser cotado para disputar um cargo majoritário, usou as redes sociais para declarar apoio à pré-candidatura da deputada federal Bia Kicis (PL-DF) ao Senado. Os dois estão no projeto de reeleição da governadora Celina Leão (PP).



Reprodução/Instagram

Agir prepara candidatura própria ao GDF

O Agir-DF, partido sem representação na Câmara Legislativa e no Congresso, prepara convenção para 20 de julho, às 10h, quando serão deliberados os rumos da legenda no Distrito Federal. Entre as decisões consolidadas está a construção de candidaturas próprias ao Governo do Distrito Federal e ao Senado.

Tempo de festa

O ex-governador Rodrigo Rollemberg, pré-candidato à reeleição como deputado federal, prepara uma grande festa no Park Way para celebrar o aniversário no próximo sábado. Na última segunda-feira (13), ele completou 67 anos. E a 10 semanas das eleições, é tempo de reunir os amigos e apoiadores.



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

BRB-MASTER

Os R\$ 6,6 bilhões destinados ao Banco de Brasília serão liberados até o último dia de julho. Governadora Celina Leão se reuniu ontem, com o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, para discutir evolução do acordo homologado pelo STF

Empréstimo sai até o fim do mês

» MILA FERREIRA
» ADRIANA BERNARDES

O Banco de Brasília (BRB) deve receber, até o fim deste mês, o empréstimo de R\$ 6,6 bilhões do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Fontes ouvidas pelo **Correio** garantiram que tanto o banco estatal quanto o Governo do Distrito Federal (GDF), maior acionista do BRB, cumpriram com as obrigações previstas no acordo intermediado pelo pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF). A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), reuniu-se, ontem, com o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, para tratar, entre outros assuntos, dos aspectos técnicos do empréstimo e da recuperação patrimonial do BRB. “Toda a documentação do GDF foi entregue. O BRB entregou o plano de negócios 2026-2035 há quase um mês, logo após a reunião com o ministro Luiz Fux”, detalhou a fonte ouvida pela reportagem. Também participaram da reunião o presidente do BRB, Nelson de Souza; o secretário de Economia do DF,



Carlos Vieira CB/D.A. Press

Contratação de empréstimo foi sancionada em 14 de junho

Valdivino de Oliveira; o diretor de fiscalização do BC, Ailton de Aquino Santos; o diretor de regulação do BC, Gilneu Vivan; e o procurador-geral do BC, Cristiano Cozer. O encontro durou pouco menos de uma hora e as autoridades saíram sem falar com a imprensa. Em nota, a assessoria da governadora disse que “a reunião serviu para discutir a evolução do acordo homologado pelo STF, que resultou no empréstimo”. Durante agenda pública na última segunda-feira, no Recanto das Emas, Celina declarou que os trâmites para a formalização do empréstimo estão na fase final de ajustes. “Esses documentos vão e

voltam. Na sexta-feira, aconteceu uma grande reunião com todos os envolvidos. Estamos terminando todas as questões burocráticas”, disse a governadora, na ocasião. **Empréstimo** Fontes relataram ao **Correio** que, neste momento, o consórcio de bancos privados liderados pelo Banco do Brasil está definindo a fatia que cada um vai assumir para fechar os R\$ 6,6 bi que o BRB necessita. O acordo para que o empréstimo fosse tomado foi fechado no fim de maio e envolveu uma negociação mediada pelo ministro Luiz

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Governadora Celina Leão chegando para reunião no Banco Central. Na saída, não falou com a imprensa

Fux, do STF, incluindo, além do GDF, acionista majoritário, o BRB, o Ministério da Fazenda, a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Banco Central. Ficou definido que, em troca do empréstimo, o DF vai colocar como garantia verbas correspondentes ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Além disso, o GDF assumiu o compromisso de promover medidas de ajuste fiscal voltadas a viabilizar o efetivo cumprimento da operação e das obrigações em acordo. A contratação do empréstimo foi autorizada pela Câmara

Legislativa do Distrito Federal (CL-DF) por meio do Projeto de Lei nº 2.363/2026, que ratificou os termos do acordo homologado pelo STF. A lei foi sancionada por Celina Leão, com vetos, em 24 de junho. Em entrevista ao **Correio**, em 14 de junho, o secretário de Economia, Valdivino de Oliveira, afirmou que o empréstimo está dentro da capacidade de pagamento do GDF. “Isso significa que não vai afetar em nada a nossa execução fiscal”, disse. Sobre a taxa de juros, Oliveira explicou que isso será definido somente no ato da assinatura do contrato do empréstimo.

Dinheiro de volta

Na 13ª Vara Cível de Brasília, o BRB move uma ação contra o Banco Master, cobrando indenização pela venda de carteiras de crédito consideradas irregulares, compostas por créditos classificados como “podres” ou até mesmo inexistentes. Entre os réus estão o Banco Master, Daniel Vorcara, João Carlos Mansur, Daniel de Faria Jerônimo Leite, Daniel Monteiro e os fundos Bandeirante, Asterope FIP, Victoria FIM, 963 FIM, Siracusa, Borneo, Casamata, Delta e Deneb.